



SEMINÁRIO INTERNACIONAL COMÉRCIO ELETRÔNICO E TRIBUTAÇÃO

Painel: Comércio Eletrônico - Conceitos, Evolução e Perspectivas Futuras.

Tema: “Aspectos jurídicos do comércio eletrônico”

Instrutor: Ministro Rui Rosado
STJ - Superior Tribunal de Justiça

Dia 12 de Junho de 2000

SEMINÁRIO INTERNACIONAL COMÉRCIO ELETRÔNICO E TRIBUTAÇÃO

12 DE JUNHO DE 2000(após coffee break - manhã)

ESAF – BRASÍLIA-DF

Notas taquigráficas

OBS – SEM REVISÃO DOS ORADORES

O SR. APRESENTADOR – Senhoras e Senhores, vamos retomar os trabalhos, em continuação ao painel sobre Comércio Eletrônico – Conceitos, Evolução e Perspectivas Futuras. Teremos mais duas apresentações antes do almoço. A primeira é sobre Aspectos Jurídicos do Comércio Eletrônico e será proferida por S. Ex^a o Sr. Ministro Ruy Rosado, do Superior Tribunal de Justiça.

Para ganhar tempo, vou antecipar aqui um mênucurrículo do Ministro Ruy Rosado: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, curso de pós-graduação em Direito (especialização em Direito Penal), curso de pós-graduação em Direito (mestrado em Direito Civil), todos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Promotor de Justiça de 1963 a 1980; Juiz do Tribunal de Alçada, de 1980 a 1985; Desembargador do Tribunal de Justiça de julho de 1985 a abril de 1994; Diretor da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul, de 1986 a 1987, e da Escola Nacional da Magistratura, de 1988 a 1999; professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Santo Ângelo, de 1967 a 1973; professor de Direito Penal, na UNISINOS, de 1973 a 1984; professor do curso de pós-graduação (mestrado em Direito) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul até 1994; professor da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul, desde 1981; Presidente do Conselho Estadual dos Juizados Especiais e de Pequenas Causas no Rio Grande do Sul, de 1989 a 1993; Corregedor-Geral da Justiça no Rio Grande do Sul, de 1992 a 1993; Vice-Presidente do Tribunal de Justiça em fevereiro de 1994.

Com a palavra, para falar sobre Aspectos Jurídicos do Comércio Eletrônico, o Ministro Ruy Rosado.

O SR. MINISTRO RUY ROSADO (STJ) – Sr^a Professora Maria de Fátima de Melo Cartaxo, que preside esta Mesa e dirige esta Escola, ilustres companheiros de Mesa, apresentando os meus cumprimentos a todos os Senhores, devo dizer que venho tratar de tema jurídico. E o Direito tem por objeto todas as relações intersubjetivas.

Com essa destinação, estamos acostumados a tratar com o relacionamento que se estabelece entre as pessoas, mas que, de algum modo, deixam um sinal nos negócios, nas coisas e nas pessoas. Agora estamos diante de uma nova realidade.

A eletrônica permitiu a criação de um novo espaço, um espaço cibernético, o ciberespaço, onde a realidade é uma virtualidade, e onde o concreto não se dá em alguma coisa, mas em várias, o que é um fenômeno físico estranho ao Direito. O computador, que antes era uma simples máquina de escrever, de calcular e de memorizar dados aperfeiçoada, hoje transformou-se no terminal de um sistema global e pessoal de comunicação. A reunião de vários bancos numa rede de computadores, criando um conjunto disponível, sem a interseção de tempo e de espaço, portanto, de localização geográfica, permitindo a comunicação instantânea com todos os demais possíveis interessados em todas as partes do mundo, criou, realmente, um ambiente novo, no qual está instalada a Internet e outros serviços, que é um meio interativo, sem presença física ou tangível. Isso tudo determina uma nova aproximação com o nosso objeto. Nós precisamos ter uma nova disciplina. Alguns dizem que se trata do Direito do Espaço Virtual.

Temos que ter um novo conceito de soberania, porque a soberania tem como pressuposto a competência do Estado em poder determinar, controlar, fiscalizar a impor o que não se consegue com a lei de um país. Tanto é assim que o Presidente Clinton, em manifestações recentes, recomendou a elaboração de tratados para assegurar o livre comércio na Internet.

O espaço que nós conhecemos no campo virtual é um espaço novo, diverso do espaço físico, porquanto a distância desaparece, ou seja, o dado geográfico já não conta. O tempo virtual é um novo conceito, pois a comunicação é instantânea, e há uma interação. E também há uma nova noção de cidadãos – os felizes navegantes – e um novo conceito de analfabetismo – os que estão fora dessa realidade e desse instrumento.

Para o exame dessa questão à luz do Direito, é preciso reconhecer desde logo que o sistema jurídico não dispõe ainda de conceitos adequados, isso porque é escassa a regulamentação do fenômeno mesmo nos países que cedo madrugaram na regulamentação, como acontece nos Estados Unidos, onde vários Estados já contêm disposições legislativas sobre o tema.

Essa deficiência decorre – penso eu – da própria política adotada em relação à Internet, porque, dentre as diversas alternativas de promover desde logo uma regulamentação governamental, estatal, nacional, ou de tratar dessa matéria em acordos internacionais, protocolos, tratados, convenções, ou de criar uma agência para controlar essa atividade, ou, por último, deixar que os fatos acontecessem e determinassem uma certa regulamentação, ao que parece a solução foi essa última, isto é, as coisas estão acontecendo, os negócios estão sendo realizados cada vez com maior amplitude e maior intensidade, e a regulamentação necessariamente virá atrás desses fatos.

Quer dizer, os fatos estão criando a necessidade da regulamentação e da lei. Isso já foi acentuado aqui pelo professor que me antecedeu. Com isso, quero dizer que os conceitos jurídicos estão sendo elaborados a partir do que existe, isto é, de uma realidade empírica, e as soluções devem ser encontradas tendo o caso como ponto de partida, e não o que normalmente costumamos ver, que a lei abstratamente estabelece, regula pré-ordenadamente aquilo que vai acontecer, e a partir dali teremos apenas um trabalho de qualificação do que já acontece com os dados que já nos foram fornecidos pelo legislador. Aqui, estamos diante de uma situação inversa. Desde logo se observa que alguns conceitos devem ser repensados, como o de distância, o de ausência, o de documento, o de firma e o de tempo.

O professor Lorenzetti, argentino, escrevendo recentemente um livro publicado neste mês sobre os contratos, observou que, para nos aproximarmos desse estudo, é bom abandonar a atitude ingênua de pensar que se trata de um guia alegre para um mundo feliz, pois já há enormes riscos de concentração e de controle social. E há um enorme risco de que,

através desse meio, sejam cometidos atos ilícitos. No que se refere especificamente ao comércio eletrônico – tema do encontro –, ele é, no que se refere ao Direito, uma atividade desenvolvida mediante, principalmente, a celebração de contratos de compra e venda de mercadorias e de prestação de serviços. Este é o meu tema: o comércio como ato jurídico que se expressa pelo contrato eletrônico. Faço uma primeira distinção: há contratos que têm por objeto bens e serviços informáticos, e há outros que utilizam a informática como meio de contratação. São estes últimos que nos interessam aqui.

A segunda distinção é que o contrato pode ser feito pelo computador, com inserção de dados diretamente pelo usuário e com acesso a uma direta manifestação da vontade para a prática daquele ato, são os contratos celebrados por meio do meio do computador. Mas também pode ser a máquina previamente programada para emitir propostas e outra para aceitá-las, atendidos certos requisitos, são os contratos concluídos pelo computador, que também já foi objeto de referência nesta sala.

A diferença, penso eu, entre os dois contratos não é substancial do ponto de vista jurídico, porque nesses últimos também há manifestação de vontade, apenas que ela é preordenada, mas a relação que se estabelece, de uma forma ou de outra, do ponto de vista do Direito, é a mesma e a obrigatoriedade também é a mesma, porque aquele que previamente ordenou a máquina assumiu a responsabilidade pelo que a máquina, depois, viesse a contratar com os terceiros, e assumiu essa responsabilidade perante os terceiros. E não existindo regra jurídica própria, devo entender que o comércio eletrônico se realiza mediante a celebração de contrato de compra e venda, iniciado por uma oferta de produtos ou de serviços, lançada pelo proponente na rede eletrônica, e a aceitação por parte do comprador, que é o receptor dessa mensagem.

Muito embora as características da rede permitam uma interação direta e imediata entre as partes, penso que o melhor meio de se examinar e de se aproximar esse tema é se fazer com as regras a distância, regras que já

existem no nosso ordenamento, uma vez que ainda que diminuto possa ser o tempo entre a oferta e a resposta, e a possibilidade da troca imediata de informações, na verdade, é que não existe uma proximidade física entre as partes. A comunidade européia, recentemente, em 1997, expediu uma diretiva, a Diretiva 97/77, onde trata desse comércio eletrônico e não usa o termo ausência, apenas se refere que não há a presença física simultânea na elaboração do contrato. Mas, de qualquer forma, penso eu, a melhor abordagem há de ser feita a partir da idéia que se tem dos contratos a distância.

E a questão, então, nessa hipótese, é saber quando é que se perfectibiliza o contrato, onde é que isso acontece, qual a lei aplicável e qual o foro a que podem as partes recorrer.

Em primeiro lugar, é preciso definir, saber se há realmente uma oferta, isto é, se aquilo que está colocado pelo proponente tem indicações suficientes para a celebração do contrato, isto é, se tem indicação do objeto, do preço e das condições de pagamento. A oferta pode ser ao público em geral ou a uma determinada área, os associados, ou a uma determinada região do Mercosul. Existindo os elementos necessários na oferta, há de se considerar presente o primeiro ato do negócio. Depois, é preciso que haja a manifestação da outra parte para que se tenha o negócio como realizado.

Regulando os contratos a distância, o nosso Código Civil dispõe, em seu art. 1086, que os contratos tornam-se perfeitos desde que a aceitação seja expedida, com algumas exceções; o caso de o aceitante se retratar, se o proponente se compromete a esperar a resposta, se ela não chegar no prazo estabelecido, diante essas exceções, o normal é que o contrato se perfectibilize, isto é, a celebração do contrato no momento em que o que recebe a proposta aceite a proposta, diferentemente do que acontece na Itália, em que essa celebração se dá, o feixe do negócio acontece quando o proponente recebe a aceitação.

Quando se trata de saber o momento da celebração e como isso acontece no Brasil, temos que ter atenção para o disposto no art. 49, do Código de

Defesa do Consumidor, que permite ao consumidor, em todas as compras realizadas fora do estabelecimento, o arrependimento, no prazo de sete dias, independentemente de qualquer motivo. Como estamos diante de uma venda que se está dando fora do estabelecimento do fornecedor, é aplicável à regra do art. 49 – e esse contrato somente vai ser perfectibilizado se no prazo de sete dias não houver a revogação da voz, a retirada da voz, o arrependimento imotivado do consumidor. Isso se faz por várias razões, para impedir que a facilidade muitas vezes do negócio leve o consumidor a praticar um ato que ele realmente não deveria ter praticado e que não era da sua necessidade. O prazo de reflexão é um prazo razoável de sete dias.

E esse prazo de reflexão, essa possibilidade do arrependimento deve estar no contrato, isto é, naquela oferta feita deve o consumidor estar ciente de que ele pode voltar atrás, num certo tempo.

E quando se fala sobre informações que devem estar nessa oferta e que vão integrar o próprio contrato, porque aquilo que é proposto na oferta integra o contrato, é preciso atentar também para as demais regras que no Brasil estão em vigência, relativamente às questões do consumo. Necessariamente, aqui, no âmbito da relação do consumo, nessa área é preciso atentar para a relação das cláusulas abusivas que o Código do Consumidor contém e, entre essas cláusulas, todas aquelas que põem o consumidor numa situação de desvantagem diante do fornecedor.

E, além disso, outras disposições do Código que procuram preservar um princípio de igualdade entre o fornecedor e o consumidor, partindo do pressuposto de que o consumidor é a parte mais fraca, exigindo que o fornecedor atenda a certos requisitos – um deles é o de informação, isto é, o fornecedor, mesmo através desses contratos eletrônicos, deverá dar ao consumidor todas as informações necessárias, relativamente ao produto que ele está vendendo.

Atenta-se para o caso específico de que, muitas vezes, são usados portais que induzem o consumidor a chegar a determinados **sites** que aqui ele não

chegaria normalmente, a não ser induzido e, muitas vezes, de má-fé. São usados certos termos, os termos mais apelativos que são mais procurados. E, através desses termos, leva-se o consumidor – o que está navegando na **Internet** – para um **site** que não seria realmente aquele do seu interesse. Nesse próprio contrato pode haver o estabelecimento de condições gerais do negócio, as cláusulas gerais a que deve o consumidor ter acesso, isto é, ele deve saber o que está ali e como deve se portar na execução do contrato.

O outro tema é com respeito à lei aplicável. Aplica-se a lei do domicílio do ofertante, isto é, do fornecedor. É o que está no art. 9, do § 2º, da Lei de Introdução, do Código Civil: “A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.” Esse é o lugar do contrato.

Em atenção à lei aplicável, tem sido observado que a regra de que lei é a do fornecedor deve ser temperada, em se tratando de comércio pela **Internet**. Então, essa é uma situação nova, que deve ser pensada. E proponho como uma questão. Não se pode exigir, de um lado, que o fornecedor se adapte às leis existentes nas centenas de países onde estarão os seus compradores. Mas, de outro lado, não se pode deixar o consumidor absolutamente desprotegido diante daquele fornecedor que, muitas vezes, até de má-fé, pode escolher um país onde não exista lei de proteção ao consumidor para que depois possa ele vir invocar a sua lei como sendo a aplicável ao contrato. Daí por que, penso eu, se o fornecedor tem um endereço em país com legislação adequada, há de se dar preferência para elas. Porém, se a diferença for grande, o consumidor deve ser protegido pela lei no seu país. Isso, é verdade, cria uma certa insegurança, deve ser usado apenas em caso de evidente desproteção do consumidor.

Mas o que penso que é uma necessidade de aplicação também do princípio da boa fé, isto é, numa relação em que se usa desse meio para a venda de produtos ou prestação de serviços é preciso, de algum modo, proteger

aquele que está na outra ponta. E, se for o caso, a escolha da lei é decisiva para essa proteção. Nos Estados Unidos, em alguns casos, tem-se negado a aplicação da lei domiciliar do fornecedor para solver o tema relativo ao contrato eletrônico. E, no Rio Grande do Sul, o Tribunal local também já afastou a lei do fornecedor em razão da inexistência de proteção suficiente do consumidor. No que exige com o Mercosul todas as relações contratuais no Mercosul, entre os países que integram o Mercosul, essas relações estão reguladas hoje pelo Protocolo de Buenos Aires, e ali se diz qual é a lei aplicável nessas situações.

O outro tema é a respeito do foro competente. A regra geral, em se tratando de foro, é a de que o réu deve ser acionado no seu domicílio. No caso, se a ação fosse proposta contra o fornecedor, o domicílio deveria ser o do fornecedor. Tratando-se, porém, de relação de consumidor, está lá, no art. 100, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, que trata da ação de responsabilidade por ato ilícito, e, acredito eu, neste conceito há de se incluir a ilicitude que decorre do descumprimento do contrato ou da elaboração de um contrato abusivo. Mesmo porque, se houve o dano ou existe, com o descumprimento do contrato ou da lei, o dano de ordinário se dá no lugar em que o comprador está, ou seja, no domicílio do comprador, e aplica-se aí a regra do art. 100, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, que determina a competência do lugar em que ocorre o dano.

Outro tema que está diretamente ligado ao direito é o que diz com a documentação desse negócio, já que vimos em que momento se dá esse contrato, qual a lei aplicável e qual é o foro competente, saber como esse contrato pode ser provado, porque as relações que se estabelecem entre as pessoas valem entre aspas. No momento em que deve ser feita a invocação em juízo, é preciso que o postulante comprove o que contratou. De modo geral, a obrigação de comprovar o ônus da prova é do autor. Ele que alega o fato tem de provar o fato.

O conceito de documento, de modo geral, foi sempre associado à idéia da coisa sobre a qual é lançado o pensamento, ou seja, um sinal, seja um desenho, seja uma escrita.

Para abranger também um documento eletrônico – adverte Augusto Tavares – se deve privilegiar o pensamento ou o fato que se quer perpetuar, e não propriamente a coisa, porque o documento eletrônico é totalmente dissociado do meio que foi originalmente armazenado.

A manifestação do pensamento assume a forma de uma sequência de **bites** e não é outra coisa senão a sequência mesma desses **bites**.

O arquivo eletrônico pode ser o disquete, um CD, um disco rígido, mas não tem a mesma identidade, independentemente do lugar em que ele esteja, pois não se prende ao meio físico.

Portanto, pode-se definir o documento eletrônico como a sequência de **bites**, que, produzida por meio de determinado programa de computador, seja representativo de um fato.

Documento eletrônico é a declaração criada, elaborada e memorizada em computador.

Dadas estas características, surge o problema de se saber quem é o autor do documento. Aí temos de ver a questão da autenticidade, isto é, a vinculação que se faz do documento a alguém, que seria o autor do documento, a questão da veracidade, para se saber se aquilo que está lá corresponde àquilo que o autor colocou. No tema especificamente do documento eletrônico, a questão se põe em termos de integridade. Ou seja, o documento, aquele que foi posto pelo autor, integralmente corresponde ao que ele criou, em razão da possibilidade de alterar aquela sequência que está armazenada.

No art. 371 do CPC, autor do documento particular é aquele que o fez e o assinou; o documento eletrônico tem de ser autêntico, isto é, tem de ter autenticidade, e não pode ser alterado de modo imperceptível, ou seja, que tenha integridade, porque, para ser veraz, deve estar vinculado ao autor e deve corresponder ao conteúdo que o autor colocou. Para se conseguir

isto, usa-se a assinatura eletrônica, que não é uma subscrição do punho, e, sim, o modo de garantir que o documento foi emanção de seu autor e que o conteúdo do documento está íntegro.

Com o uso da caligrafia assimétrica é possível criar um vínculo entre a assinatura e o corpo do documento, de tal sorte que qualquer alteração afasta a possibilidade de ser reconhecido como emanção daquele que o assinou.

O sistema funciona com duas chaves: uma chave pública, que é do conhecimento de todos; uma chave privada, que é apenas do conhecimento do emissor.

Com a decodificação da mensagem pela chave pública, fica acertado que o documento é autêntico. Isto é, vincula a assinatura do documento ao assinante.

Com esta formalidade é possível obter um documento eletrônico com força probante em juízo. Sem essa formalidade, não se tem um documento com força probante em juízo.

Embora já exista em outros países, no Brasil ainda não há lei sobre o assunto, sendo que tramita no Congresso o Projeto número 1.589, de 1999, de iniciativa da Comissão de Informática da OAB de São Paulo, que trata de documento eletrônico, sua validade e certificação digital, prevendo a certificação através de um notário, que teria fé pública, para dizer que aquela chave pública corresponde exatamente ao titular que a apresentou. Ou seja, ele certifica a autenticidade da chave pública, e com essa chave pública qualquer um poderá decodificar o que foi escrito, porque ele usou a chave privada que lhe corresponde.

Há também o Projeto de Lei número 1.713, de 1995, do Deputado Cunha Lima, que trata do acesso das responsabilidades dos crimes relativos à Internet.

Além da autenticação da assinatura, também é possível fazer a autenticação da data e a autenticação do conteúdo de um documento copiado do que está no computador. Para isto o notário deverá fazer a

verificação do documento que lhe é apresentado escrito e do que consta na memória.

Sem o uso da assinatura criptográfica, não se obtém documento com força probante em juízo. O contratante deve saber disto. Se realiza o negócio sem esta cautela, está realizando um negócio com a mesma força probante da prova oral. Neste caso, o negócio deve ser provado por qualquer meio, e o ônus é de quem alega a existência do negócio.

De acordo com o Projeto do Código Civil, o documento eletrônico faz prova do fato até a impugnação daquele contra o qual é apresentado. A prova dessa falsidade deve ser ordinariamente feita por quem alega a falsidade. Se o fornecedor me apresenta um documento, retirado de um computador, quem alega a falsidade, em princípio, pelo nosso sistema, deveria provar essa falsidade.

Evidentemente que nesta relação não vamos ter como encontrar alguém, fora do sistema, com condições de provar a falsidade do documento dele extraído. Isto faz com que se aplique aqui também o princípio da carga dinâmica da prova, para transferir o ônus de provar para aquele que tem condições de provar a autenticidade do que foi elaborado.

De algum modo, isto já tem sido aceito no Brasil em outros temas, em temas comuns à responsabilidade civil e mais próximo deste tema de que nos ocupamos, quando se trata de demonstrar o mau uso ou a falsidade de informações apresentadas por companhias como as elétricas na cobrança de serviços prestadas por elas. A responsabilidade para provar a autenticidade da informação passa a ser da companhia fornecedora, retirando do fornecedor a obrigação de fazer essa prova.

Os Tribunais partem do pressuposto de que há possibilidade de falsificação e para vencer essa presunção, essa possibilidade de falsificação, cabe aos fornecedores a demonstração.

É uma inversão do ônus da prova – penso eu – que se deve aplicar no caso, e que se aplica, de modo geral, em todos as relações de consumo, porque o Código do Consumidor prevê a inversão do ônus da prova quando

o fornecedor está numa situação de insuficiência diante do fornecedor, que é o caso quando se trata de contrato desse meio.

Por último, para me manter no tempo e também para colaborar, com antecipação do horário, vou tratar da responsabilidade do provedor.

O consumidor celebra um contrato com o provedor de acesso à Internet, o qual recebe uma tarifa periódica, para ali reservar um espaço em seu disco rígido em forma de arquivo, assinando o endereço.

Há quem sustente que o provedor da Internet é solidariamente responsável pelos danos causados ao consumidor pelo fornecedor final do produto. O contrato de consumo teria sido feito através de propaganda, de publicidade enganosa, ele foi induzido a realizar certo contrato, a propaganda levou-o ao **link** do fornecedor. E ele, como sempre, aportado em votação, começa a realizar um negócio. O consumidor é induzido a comprar aquele determinado produto, através de uma propaganda massiva e indutória veiculada pelo provedor. Essa tese coloca o provedor como responsável solidário pelos danos causados pelo fornecedor do produto do serviço.; no entanto, não tem sido a mais seguida no Brasil, de modo geral, e também no exterior. O que se diz é que o jornal também faz a propaganda, exerce a publicidade e ele é sempre considerado só um veículo. É verdade que a rede, a Internet permite uma publicidade mais forte, mais eficaz, mas me parece que não é a intensidade maior ou menor de induzir alguém a praticar o ato que altera a natureza da posição do provedor, isto é, não modifica a relação em que ele se insere para torná-lo responsável apenas porque é um pouco maior, mais eficaz a sua participação no processo da compra. Assim também não me parece que se o consumidor é levado a uma loja por um transportador, nem por isso o transportador passa a ser o responsável pelo mau produto adquirido na loja, mas se por acaso esse transportador arregimentou as pessoas e em prévio contato com essa loja, ele se encarregou de aliciar cliente, nesse momento, é de se examinar a responsabilidade de quem praticou o ato, porque ele participou de algum modo da operação jurídica. Também se diz que se o provedor é o

responsável, ele deverá, a então, de algum modo, fazer uma censura naqueles que serão os seus clientes, porque ele somente poderá aceitar aqueles que seriam idôneos. Se isso for assim, então, o provedor exercerá uma função que, me pergunto, é democrática, isto é, permite-se que alguém, no exercício dessa sua atividade de provedor, possa dizer quem participa ou quem não participa dessa rede ? Então, a questão, como se vê, é complexa. Na Alemanha, há uma sentença proferida, no caso da Compuserv alemã, em 1998, onde se condenou um ex-funcionário da empresa alemã por violar leis locais contra a pornografia. E o juiz entendeu que a empresa atentou mais para o lucro do negócio do que propriamente para a obediência da Lei de Proteção ao Menor. Houve uma reação e uma preocupação internacional a respeito do tema – eu não conheço o resultado desse processo que, em 1998, teve apenas a sentença em primeiro grau.

O fato é que, na Alemanha, a Suprema Corte derrubou a lei que tornava crime exibir material considerado impróprio para as crianças; a liberdade dos usuários é que deve prevalecer. A partir daí, talvez essa seja uma solução, estão sendo estudadas hipóteses baseadas na tecnologia, desenvolvendo programas que permitem a seleção de material disponível na rede, bloqueando sites impróprios.

Outra solução seria uma lei de incentivo a que o site tivesse certa classificação e que essa classificação semelhante à seleção de filmes fosse do conhecimento dos usuários.

A responsabilidade dos provedores, normalmente, o Judiciário tem considerado os provedores de acesso e os de informação como não sendo responsáveis pelo material que veiculam, considerando a impossibilidade da fiscalização dos provedores pelo material que é objeto dessas operações. Além disso, a **Internet** tem uma extensão internacional, e os critérios de seleção e de reprovação vigorantes num país não serão os mesmos vigorantes em outro país.

A comunidade europeia está hoje disposta a elaborar lei para dispor sobre a responsabilidade dos provedores de serviços **on line**, dos conteúdos de obscenidade, de informação de propaganda enganosa.

É verdade, relembro que há a possibilidade da prática de atos ilícitos através desse **e-mail**, violação a publicidade ilegal, ofensa ao direito do consumidor, ofensa ao direito do autor, ofensa ao direito de terceiro, a concorrência desleal, esses fatos todos, ilícitos grandemente danosos que podem ser praticados em nível internacional e em intensidade crescente, eles devem, de algum modo, preocupar a todos que se dedicam ao estudo, para saber até que ponto seria possível chegar-se a uma solução. A verdade é que, por enquanto se pensa que esse provedor é um hospedeiro, ele tem um contrato para ceder um espaço e alojar arquivos informáticos, nada mais do que isso e que, em razão disso, estaria afastado de qualquer responsabilidade. Pessoalmente, acredito que o provedor responde pelo defeito no serviço que ele presta; ainda ontem à noite eu quis acessar a legislação do Brasil sobre o tema e o provedor disse que o serviço não estava funcionando, e por esse serviço ele responde, há de responder também por toda a indução enganosa que fizer para indução de produtos, porque há aí uma participação, mas por enquanto não vejo possibilidade de se responsabilizar o provedor no sistema em que nós estamos agora, por atos praticados pelo fornecedor.

Em conclusão, quero dizer-lhes que o tema realmente é fascinante, estamos apenas no começo dessa revolução, como disse o nosso Embaixador, no começo de uma revolução, e cumprimento e parabenizo a Escola por ter promovido este debate tão oportuno para todos nós.

Muito obrigado!

O SR. APRESENTADOR – Muito obrigado, Ministro Ruy Rosado.

Antes de anunciar o próximo palestrante, eu gostaria de enfatizar alguns avisos que já foram transmitidos aqui: tíquetes para o almoço poderão ser encontrados no próprio restaurante. Ao encerrarmos os trabalhos, haverá

um intervalo para o almoço - há necessidade de adquirir esses tíquetes, de preferência para hoje e amanhã; nós teremos dois dias de atividades aqui.

O material, as palestras que estão sendo reproduzidas, que os senhores não encontrarem nas pastas, na parte da tarde estarão disponibilizadas na Biblioteca; há um espaço lá e a Direção da ESAF convida para os senhores conhecerem, na Biblioteca, com a exposição de trabalhos, livros etc. Também há uma sala de conveniência para repouso, quem quiser descansar um pouco, com sofá, televisão etc, também na área onde fica a Biblioteca. É fácil localizar, qualquer dúvida as recepcionistas recepcionistas informarão.

As perguntas desta parte da manhã, a todos os palestrantes, deverão, por gentileza, ser formuladas por escrito, deverão ser bem sintéticas, bem simples, dizendo o nome de quem deve responder, e serão encaminhadas ao Dr. Tacca, que estará presidindo este Painel, perguntas formuladas inclusive ao Embaixador Oscar Fernandez, que, omitimos, foi embaixador do Brasil na Alemanha, de 1986 a 89, não dissemos na hora.

Embaixador, ao microfone, por favor!

O SR. EMBAIXADOR OSCAR SOTO LORENZO FERNANDES (STI/MDIC) –

Quero corrigir uma pequena injustiça, mas totalmente involuntária. É o seguinte: um dos órgãos mais adiantados no Brasil, na matéria, é a Receita Federal. Só o trabalho feito, não tem paralelo no mundo, em relação ao Imposto de Renda pela Internet. E a Receita já criou o seu primeiro sistema, seu primeiro PKI para Pessoa Física e Jurídica. De modo que quero pedir desculpas à Receita por essa falta involuntária.

O SR. APRESENTADOR – Muito obrigado, Embaixador, com os aplausos do ilustre Auditório!